

# A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS NOS LIMITES DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Fabília Cristina de Castro Maciel<sup>1</sup>

**RESUMO:** O problema central que se coloca para esta reflexão teórica, por meio de revisão bibliográfica, é o de analisar a dimensão socioeducativa na formação e no exercício profissional de assistentes sociais sob as contradições inerentes aos limites da sociabilidade capitalista, no contexto do Estado de configuração neoliberal brasileiro. É a partir da categoria totalidade, no campo histórico-crítico que se procura conhecer algumas implicações e desdobramentos entre a educação formal e o trabalho profissional das(os) assistentes sociais na prática cotidiana da reprodução social da vida. Sob a perspectiva do sistema do capital e das particularidades de uma economia dependente e periférica, as ações socioeducativas e pedagógicas destas(es) profissionais, fundamentadas em projetos ético-políticos (em disputa), expressam a correlação de forças dos projetos societários presentes. Neste contexto, as práticas socioeducativas incorrem na possibilidade de assumir tendências: que se aproximam de uma intervenção reflexiva, coletiva, crítica e associada à baliza da emancipação humana; ou, que reproduzam a lógica do sistema segregador, racista, explorador, opressor, operando em ações de baixo nível de consciência crítica.

**Palavras-Chave:** Serviço Social; Dimensão Socioeducativa; Reprodução Social da Vida.

**ABSTRACT:** The main problem presented to us at the time of this theoretical reflection, through the bibliographic review, is to analyze the socio-educational dimension in the training and professional practice of social workers on the contradictions inherent to the limits of capitalist sociability, in the context of the Brazilian neoliberal State configuration. It is from the category of totality, in the historical-critical field, where we seek to know some implications and splittings between formal education and the professional work of social workers in the daily practice of the social reproduction of life. From the perspective of the capital system and the particularities of a dependent and peripheral economy, the socio-educational and pedagogical actions of these professionals, based on ethical-political projects (in dispute), express the correlation of forces of the present societal projects. In this context, the socio-educational practices run the possibility of assuming tendencies: that are close to a reflexive, collective, critical intervention, associated to the beacon of human emancipation; or, that reproduce the logic of the segregating, racist, expropriating, oppressive system, acting in actions of low level of critical conscience.

**Keywords:** Social Service, Socio-educational dimension, Social Reproduction of Life.

## INTRODUÇÃO

As reflexões propostas neste artigo são alvitre da conjugação entre as aproximações de estudos realizados por ocasião do doutorado, cuja temática perpassa o Serviço Social e a Educação. Ao desenvolver a pesquisa sobre a formação em Serviço social no contexto da Educação formal (e a sua *função social*), suscitou a inquietação para o aprofundamento em relação a dimensão *socioeducativa* da profissão, inscrita nas mediações das relações sociais estabelecidas na sociedade contemporânea. Portanto, inicia-se um caminho a ser percorrido nesta área do conhecimento, que exigirá maior investimento intelectual e empírico. Reforça-se que parte significativa desta produção foi elaborada para a tese de doutoramento e é referenciada pela autora na bibliográfica.

A profissão do Serviço Social e o seu lugar na divisão sociotécnica do trabalho está intrinsecamente vinculada ao tempo, às condições e contradições sócio-históricas, desde o seu surgimento até a atualidade. Neste percurso é incontornável a análise da dimensão socioeducativa da formação e no exercício profissional, em seu caráter contraditório, no contexto da sociabilidade capitalista e, mais especificamente, condicionado à condição de economia periférica e dependente, no caso brasileiro. Ou seja, a partir da análise sustentada pelo materialismo histórico procura-se compreender as relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista, considerando o trabalho como “[...] *componente distintivo do homem como um ser prático-social, portanto, histórico, produto e criador da vida em sociedade*”

<sup>1</sup> Uab Portugal, doutora em Serviço Social pela UNESP, [fabriaciadm@gmail.com](mailto:fabriaciadm@gmail.com)

(Iamamoto, 2007, p. 201); assim, componente mobilizador da Educação formal cuja *função social* responde aos interesses da sociedade entre os limites e as potencialidades da formação do ser social.

Acende a intrínseca vinculação entre a formação permanente e o seu compromisso em desvelar os dilemas do mundo do trabalho e das especificidades do trabalho da(o) assistente social – enquanto trabalho concreto, útil, intelectual e coletivo, procurando identificar a natureza intelectual e socioeducativa do trabalho destas(es) profissionais, que sustentam a direção do projeto ético-político profissional e sua própria reprodução, conforme apontam os intelectuais da categoria nas produções acadêmicas, bem como abstrai-se dos documentos que pautam a formação e exercício profissional.<sup>2</sup>

Soma-se as requisições institucionais estabelecidas por meio do trabalho realizado, consideradas as dimensões da formação teórico-metodológicas, técnico-operativas, ético-política e *socioeducativa*, que afixam a categoria enquanto trabalhadoras(es) coletivos com interesses, necessidades e responsabilidades que se desdobram na construção do projeto profissional, cujas tendências podem contrapor-se a hegemonia do sistema do capital, com distintas nuances, ou sucumbir à sua reprodução.

## O SISTEMA DO CAPITAL NO CONTEXTO DO ESTADO NEOLIBERAL E ALGUNS DESDOBRAMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Na clivagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista<sup>3</sup> ocorre uma nova dinâmica na organização das forças produtivas e na divisão internacional do trabalho. Num cenário de crise econômica que se alastra desde os finais do século XIX (1870) e estende-se até 1929, o capitalismo cria estratégia global para enfrentar suas consequências e, paralelamente, para aumentar a acumulação de capital. Nesta marca, a hegemonia burguesa reconfigura o papel do Estado desse contexto de crises e lutas políticas (da classe trabalhadora), mas principalmente por recear os efeitos da Revolução de Outubro e a “sovietização” da Europa; mas também em consequência da “Grande Depressão” – com o aumento dos conflitos devido ao desemprego, das precárias condições de trabalho, da queda do salário real, e; noutra perspectiva, para brejar o aumento da organização popular, especialmente a sindical. Em outros termos: *“Dentro desse contexto de conflitos institucionalizados surgem as políticas sociais como instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora.”* (Montaño, 2007, p. 39).

Acrescentam, Abreu e Cardoso, no percurso do permanente movimento do sistema do capital, este procura *“[...]recompôr as bases político-culturais de sua hegemonia, isto é, reorganizar a cultura, para adequá-la às exigências do padrão de racionalização da produção e do trabalho, na perspectiva da unidade em torno dos interesses da acumulação capitalista.”* (Abreu; Cardoso, 2009, p. 596). Para preservar essa lógica de acumulação do capital econômico/financeiro e político, em termos mundiais, requer-se constante reestruturação do sistema de produção, circulação, consumo e lucros; bem como, modificação nas regras da sociabilidade capitalista. De acordo com Mota, realiza-se *“[...]uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando a construção de uma outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo projeto do capital”* (Mota, 2008, p. 29). Um capital cada vez mais automatizado e informacional-digitalizado impõem relações incessantemente destrutivas ao mundo do trabalho, escamoteando a potencialidade que permitiria as(os) trabalhadoras(es) diminuírem as suas jornadas de trabalho.

2 Como Código de Ética Profissional (1993); Lei que regulamenta a profissão (8663/96); Diretrizes Gerais da formação profissional/ABEPSS (1996), e demais resoluções e portarias do conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS.

3 Segundo Paulo Netto (2009) a passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista no último quartel do século XIX, deflagra profundas modificações no seu ordenamento e dinâmica econômica com incidências na estrutura social e nas instâncias políticas dos Estados nacionais. *“[...] o capitalismo monopolista recoloca, em um patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere a ordem burguesa os seus traços balizares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana.”* (Paulo Netto, 2009, p. 19).

Ao contextualizar a reconfiguração do Estado neoliberal no Brasil, no final da década de 1980 e início de 1990, marca-se um paradoxo em função da regulamentação pela ampliação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988<sup>4</sup> e os ajustes impostos pelos tratados internacionais como o Consenso de Washington (1989); o Tratado de Marrakech que cria a Organização Mundial do Comércio (OMC/1995); o Acordo do Livre Comércio Americano (ALCA/ 1994), e o Tratado de Maastricht (1992) que institui a unificação europeia (Maciel, 2020). Destes surge um quadro jurídico e político a gerar as condições para a expansão da mundialização do sistema do capital e do capitalismo transnacional, desregulamentação da economia e liberalização das privatizações com a presença das corporações transnacionais e organizações multilaterais - Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), e a Organização mundial do Comercio (OMC). As recomendações destes órgãos desencadeiam as contrarreformas implementadas pelo Estado brasileiro que abarcar o enxugamento das políticas sociais, a internacionalização e privatização dos serviços (inclusive da Educação), somados a todos os agravantes de uma sociedade de economia dependente e periférica.

O modelo gerencial do Estado obtém relevância com características como a “flexibilização”, “desregulamentação” e “privatização” (Paulo Netto, 2010). Ou seja, um país que se distingue por profundas desigualdades sociais, pobreza estrutural, inseguranças institucionais, violações de direitos, tem neste cenário determinações que acirram ainda mais as condições de sobrevivência da classe trabalhadora, acrescidas a terceirização e a mercantilização dos serviços sociais. Muitos dos serviços sociais antes ofertados pelo Estado, passam a responsabilidade de entidades e organizações sociais, afetando tanto a qualidade de sua prestação, a restrição de acesso a população, quanto precarizando as relações de trabalho dos profissionais da área.<sup>5</sup>

O trabalho relativamente contratado e regulamentado dominante no século XX, herdeiro da era taylorista/fordista, resultado de uma secular luta operária por direitos sociais passa a ser substituído por diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico”, “intermitente” (Antunes, 2019, p. 6), o que exacerba a superexploração do trabalho, base da reprodução capitalista nos países de economia dependente. O que provoca expressivas fraturas sociais, tais como: concentração de riqueza em poucas mãos frente ao elevado contingente da população na pobreza; trabalhadores esgotados prematuramente; miséria; emprego precário; desemprego (Osorio, 2019). Conforme aponta Antunes (2019) há ampliação exponencial de novas (e velhas) modalidades de superexploração da força de trabalho, desigualmente impostas e globalmente combinadas pela nova divisão internacional do trabalho, complexificando as diferenças entre as classes e expressões da *questão social*. Estas tencionam projetos políticos-institucionais para realização de mediações entre o capital e o trabalho, através das políticas públicas. Neste sentido, o Estado apresenta-se como viabilizador dos interesses sociais, de forma limitada, como se estivesse garantindo os interesses societários de toda a comunidade, ou seja, como projeto de todos (Osorio, 2019).

Frente a este cenário, posiciona-se a profissão do Serviço Social na divisão social do trabalho, em que se registra a sua funcionalidade e legitimidade na ordem da sociedade capitalista. As formas de dominação e poder que engendram as relações sociais no tempo histórico, apontando para as mediações realizadas através das políticas sociais, reconhecendo as requisições e demandas atribuídas às(aos) assistentes sociais. Na esteira do novo padrão de “acumulação flexível de capital” são incontestáveis as exigências e as limitações do mundo do trabalho impostas às(aos) profissionais do Serviço Social, bem como a sua formação, na contribuição com a manutenção do processo de reprodução social da vida. No campo da contradição, estas(es) trabalhadoras(es), admitindo-se em posição intelectual e

4 Mesmo que orientada por princípios liberais, esta Constituição foi denominada a “Constituição Cidadã”, que ampliou a regulamentação quanto aos direitos sociais para a população brasileira. Compreendemos os limites e contradições das formas jurídicas e políticas de um Estado constitucional, que na sua gênese traz os interesses da burguesia (Mascaro, 2013). Parafrazeando Marx podemos dizer que o Estado é o sindicato da burguesia, ou seja, “um comitê que administra os negócios comuns a toda classe burguesa” (Marx, 2010, p. 27).

5 Estamos a focar no papel do Estado e nas práticas macroeconômicas do neoliberalismo, contudo, não perdemos de vista a componente ideológica – enquanto justificação dos interesses particulares da classe dominante.

socioeducativa (de caráter progressista ou democrático-popular), estão designados pela necessidade de apropriar-se de uma formação competente e histórico-crítica compatível com o conjunto dos desafios impostos pelas novas condições de sociabilidade.

A força de trabalho da(o) assistente social é requisitada para implementar as políticas públicas sociais (seja por meio do Estado ou das organizações sociais - como campo privilegiado de intervenção profissional do Serviço Social), com o intuito de intermediar as demandas da população e o acesso aos serviços sociais. Nesta esteira, o enfrentamento das distensões das classes (ou das refrações da *questão social*) realiza-se na correlação de forças entre os interesses dos blocos que se hegemonomizam no poder e os mecanismos de resistência e lutas por garantias sociais no campo do trabalho.

### **BREVE PERCURSO DO SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA: CONTRADIÇÕES NA DIVISÃO SOCIOTÉCNICA DO TRABALHO**

A maneira e as condições como os países se posicionam na ordem global ou sistema mundo, suas dinâmicas internas de estruturação do Estado e das classes sociais são determinantes para a compreensão de institucionalização da profissão de Serviço Social nos diversos países. No início do século XX, o Brasil, país de economia dependente à lógica Imperialista (do centro), caracterizada principalmente pela exploração agromineira, ocupa um papel primordial na produção de insumos e matérias primas para os países de economia central e, conseqüentemente, assume um lugar específico na divisão social do trabalho mundial.

O projeto político hegemônico que viabilizou a gênese e desenvolvimento do Serviço Social, grosso modo o fez, por um lado, com vistas na sua contribuição para manter a reprodução e acumulação da classe dominante. Por outro lado, buscou responder, através do Estado (organizador e legitimador dos interesses burgueses), ao conjunto das demandas, pressões e lutas por serviços e direitos trabalhistas e sociais da classe trabalhadora. Assim, a natureza e funcionalidade do Serviço Social se situam no campo político-econômico e sua função está intrinsecamente vinculada a legitimação da ordem capitalista, na medida que o Estado toma para si as respostas quanto as refrações da *“questão social”*, mediante as políticas sociais (Montaño, 2007).<sup>6</sup> Tal como apresenta Yazbek (2009), cabe ressaltar que em seu nascedouro, a profissão no Brasil apoia-se em referenciais doutrinários da Igreja Católica, sob a influência no ideário franco-belga; posteriormente seguindo influências do modelo estadunidense, associa o discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico da matriz positivista, reforçando o conservadorismo profissional.

Salienta-se, o primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos e dados que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis (Yazbek, 2009, p. 147).

A(O) profissional de Serviço Social é designada(o) a um lugar específico dentro da divisão sociotécnica do trabalho, vinculando-se à execução terminal das políticas sociais (segmentadas/ focalizadas), por meio do trabalho assalariado. Essas considerações corroboram para o entendimento de que a intervenção estatal nas manifestações da *“questão social”* legitima um sistema de controle e contenção das insatisfações populares, contribuindo para a acumulação do capital. Portanto, a profissão do Serviço Social é arremetida e legitimada pelo Estado, enquanto especialização do trabalho para atuar nas políticas sociais, que se colocam como um instrumento de dominação e controle de uma

<sup>6</sup> “[As políticas sociais] não são apenas um campo de trabalho privilegiado, mas o fundamento da gênese profissional do assistente social”. (Montaño, 2007, p. 70).

classe sobre outra, por meio de fundamentos teóricos, metodologias, técnicas e atitudes éticas que compõem os matizes da intervenção socioeducativa.

O projeto de formação profissional no Brasil reconhece essa dimensão contraditória das demandas que se apresentam à profissão, expressão das forças sociais que nelas incidem: tanto o movimento do capital, quanto os direitos, valores e princípios que fazem parte das conquistas e do ideário dos trabalhadores (Iamamoto, 2007, p. 182). Neste percurso, a configuração da dimensão socioeducativa da profissão assenta-se na perspectiva assumida pela categoria no movimento da história: seja respondendo aos interesses do capital; fazendo resistência a eles; ou lutando pela contra hegemonia.

Quando a categoria passa a identificar-se com a classe trabalhadora e como classe trabalhadora, desdobrando esforços teóricos e metodológicos, éticos e políticos para fazer face e questionar o seu caráter reprodutor do capital, desnuda as diferenças essenciais entre sua emergência e seu amadurecimento profissional, intelectual e político, especialmente a partir do Movimento de Reconceitualização.<sup>7</sup> Incide que Serviço Social se moderniza, ao mesmo tempo em que permanece com traços conservadores. Por sua vez, salienta-se que esta profissão acumulou uma massa crítica intelectual, desenvolvendo não somente uma produção de conhecimento própria sobre a realidade social e a prática profissional, mas apresentando elementos de interlocução no debate das ciências sociais e nas áreas onde atua.

Como uma profissão socialmente determinada por circunstâncias sociais objetivas que definem uma direção social à prática profissional, também é produto da atividade dos sujeitos que a constroem coletivamente<sup>8</sup> (Iamamoto, 2003). Deste modo, a direção do projeto de formação profissional em Serviço Social ao longo dos anos tem estabelecido suas bases teóricas, éticas e políticas face às exigências da contemporaneidade, o que repercute necessariamente na extensão da intervenção social no campo da dimensão socioeducativa junto a população usuária dos serviços sociais. Uma importante advertência de Iamamoto (2003) já se colocava nos anos de 1980, a saber, a necessidade de uma fundamentação que contemple e articule as dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e que seja capaz de ultrapassar o teorismo, o militanteísmo e o tecnicismo.

Acresce-se, para a efetiva formação e exercício profissional das(os) assistentes sociais, a unidade entre a investigação e intervenção da e na realidade social, orientada por um arcabouço teórico histórico-crítico que considere as categorias totalidade, particularidade e singularidade.<sup>9</sup> Nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social<sup>10</sup> apresentadas em 1996 ao MEC encontram-se os pressupostos norteadores da concepção da formação profissional, seus princípios e diretrizes curriculares, e a lógica que ancora a concepção de ensino e aprendizagem alicerçada na dinâmica da vida social, a saber: os Núcleos de Fundamentação constitutivos da formação profissional que são considerados como um conjunto de conhecimentos indissociáveis, cujas dimensões interventiva e investigativa se apresentam imbricadas.<sup>11</sup>

O processo formativo e o exercício profissional desta categoria “[...] *requerem um suporte teórico que assegure a fundamentação da concepção ética e dos valores ético-políticos, dando sustentação ao conjunto de suas prescrições.*” (Barroco; terra, 2012, p. 53). Nestes termos, como destaca Iamamoto, cabe a devida

7 Mesmo diante da rigorosa crítica desenvolvida ao Serviço Social conservador, este movimento não conseguiu romper de vez com sua tradição e fundamento, sendo considerado pelos teóricos críticos da área, como uma “intenção de ruptura”. Gestado no contexto da política desenvolvimentista e no regime de exceção, uma vanguarda intelectual da profissão de Serviço Social assume uma tendência de inspiração marxista, mesmo que esta inicialmente tenha sido marcada por um marxismo sem Marx, conforme aponta Iamamoto (Iamamoto, 2003, p. 211).

8 Ou seja, uma das características desta profissão é ser uma profissão liberal – que tem uma deontologia que lhe possibilita dar direção à formação, ao exercício profissional e à produção de conhecimento, por meio das suas organizações representativas – ABEPSS, CFESS e ENESSO.

9 É com este alinhamento que foi estruturada a proposta curricular apresentada em 1996 pela ABESS (alterada ABEPSS), a partir da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982 (Parecer CFE no 412, de 04.08.1982 e Resolução n. 06 de 23/09/82).

10 Teve por base o Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996, Rio de Janeiro, fruto de amplo e sistemático debate realizado pelas Unidades de Ensino a partir de 1994 (ABPSS, 1996).

11 Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

atenção quanto ao “[...] *cultivo do renascimento do pensamento conservador travestido de atualidade sob o crivo da pós-modernidade.*” (Iamamoto, 2007, p. 42). Ainda, sob os ideários do neoliberalismo e da expansão do neoconservadorismo<sup>12</sup> a formação e os processos de trabalho são marcados também pelo imediatismo, tarefismo, práticas fragmentadas e funcionais, voluntarismo alimentando a tendência à mistificação das contradições de classes, colocando em xeque um possível projeto profissional crítico ao sistema capitalista (Maciel, 2020). Ressalta-se ainda que, no processo de ensino e aprendizagem, a definição das competências e habilidades procuram responder as exigências e transformações do mundo do trabalho, o que se agrava com a ideia de que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) teriam a ‘mágica solução’ para uma formação “inovadora”, “inclusiva”, aligeirada e flexível.

Em contrapartida, advoga-se, à(ao) profissional de Serviço Social, por uma formação intelectual e cultural, com competência técnica e científica para o desenvolvimento de suas funções nos diversos espaços sociocupacionais, cuja atividade socioeducativa assuma uma perspectiva crítica e alinhada a um projeto societário emancipador, com consciência do seu lugar na divisão sociotécnica do trabalho. O que exige-se um nível de abstração da realidade social que possa comportar tanto a compreensão sobre o exercício profissional da categoria, quanto a ótica dos sujeitos a quem se dirige a intervenção profissional (Iamamoto, 2007). De acordo com Abreu e Cardoso (2009), é incontornável à formação e ao exercício profissional, a função pedagógica do Serviço Social, caracterizando-a

[...] pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura, aqui entendida [...] no sentido gramsciano, como sociabilidade. (Abreu, 2002 *apud* Abreu; Cardoso, 2009, p. 595)

Neste sentido, na dinâmica da intervenção social, a dimensão socioeducativa da profissão pode assumir contornos e tendências amalgamados em bases teóricas, metodológicas e ético-políticas que venham responder as necessidades e as ideias da classe que vive do trabalho, no tempo presente. A formação subordinada às imposições do mundo do trabalho e seus processos de sujeição, alienação, massificação e despolitização, arrisca o fomento de uma prática profissional eivada pela ausência de questionamentos e problematizações, naturalizando as contradições do sistema capitalista no cotidiano. Portanto, o desafio das correntes da pedagogia crítica é o de dialogar amplamente com a classe trabalhadora e construir processos formativos comprometidos com um projeto societário libertador, equânime e anticapitalista.

## **EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA CULTURA PROFISSIONAL: ALGUMAS TENDÊNCIAS DA DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA NA INTERVENÇÃO SOCIAL**

Para o enquadramento das tendências da dimensão socioeducativa no Serviço Social é pertinente recuperar alguns aspectos da formação e sua relação com o exercício profissional, reportando a *função social* da educação formal, a refletir a atividade prática no mundo do trabalho. De acordo com Mészáros, “*Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompa a lógica mistificadora do capital*” (Mészáros, 2008, p. 48). Nesta acepção, é ponto central para o processo educativo desafiar as formas dominantes de internalização consolidadas a favor do capital e o conformismo gerado por este sistema.

<sup>12</sup> Vale apontar de acordo com Iamamoto: “O pensamento conservador é incorporado pelo Serviço Social em sua trajetória intelectual: passa da influência do conservadorismo europeu, franco-belga, em seus primórdios, para a sociologia conservadora norte-americana nos anos 40. Apresenta-se a solidariedade como princípio ordenador das relações sociais em tensão com os seus fundamentos históricos concretos em uma sociedade de classes. Incorpora a noção de comunidade como matriz analítica da sociedade capitalista e como projeto norteador da ação profissional [...], mas conforme parâmetros da racionalidade burguesa, da reprodução capitalista do capital” (Iamamoto, 2003, p. 166).

A partir das ideias do pensador político e historiador de nacionalidade filipina, Renato Constantino, Mészáros nos adverte ser indispensável a uma educação de perspectiva crítica, a formação de uma ‘contra consciência’ descolonizada, envolvendo diretamente as massas populares no empreendimento para uma ‘filosofia da libertação’. “*Em outras palavras, a abordagem educacional defendida por ele [Constantino] tinha de adotar a totalidade das práticas político-educacional-culturais, na mais ampla concepção do que seja uma transformação emancipadora.*” (Mészáros, 2008, p. 57).

Em outra direção, o documento elaborado pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI identifica quatro pilares considerados como as bases da educação: “*aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros nas atividades humanas; aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes.*” (Delors, et al., 1998, p. 90). De acordo com este Relatório, é sustentáculo para os demais elementos básicos do conhecimento o *aprender a viver juntos*, no entanto, o que se observa é que a formação, nos diversos níveis atinge, na maioria das vezes, o apreender a conhecer e a fazer. Deste modo, supõem que uma formação, para superar a visão puramente instrumental da educação, deve aprimorar, como a via obrigatória, os quatro pilares. Portanto é necessário ultrapassar os resultados do saber-fazer, para aquisição de capacidades diversas com fins de ordem econômica, passando a considerá-la em toda a sua plenitude, quer dizer, almeja-se a realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende a ser (Maciel, 2020).

Um questionamento incontornável a problematização apresentada na reflexão até então desenvolvida aqui, é: em que condições e sob quais premissas se sustentam o apreender a ser? Se orientados pelos determinantes históricos da sociabilidade burguesa, a valoração do humano passa por uma ordem moralizante, cedida pelas dimensões da opressão, submissão, precarização das relações sociais etc. Conforme apontado, a dimensão socioeducativa da profissão está ancorada nos projetos ético-políticos e nas bases do pensamento teórico e metodológico associados, em cada tempo histórico, às distintas vinculações com os projetos societários que influenciam a formação e o exercício profissional: seja em termos de sua internalização e reprodução, seja na tentativa de resistência e/ou superação a eles.

Corroborando para as reflexões o que Leher (2019) reporta sobre as tendências pedagógicas que buscam um diálogo verdadeiramente comprometido entre a universidade e a classe trabalhadora, ao afirmar a necessidade de uma pedagogia radicalmente crítica às concepções de mundo liberal-burguesas, questionando os dispositivos da colonialidade do saber presentes nas práticas universitárias que, tendencialmente, se reproduz na prática profissional. Assume que, para recolocar a questão da formação política capaz de elevar a consciência da “classe em si” para a “classe para si”<sup>13</sup> é basal a convergência entre a educação popular (exemplos: pedagogia da alternância, escola ativa, pedagogia do oprimido, práxis) e a pedagogia crítica marxista (educação omnilateral, politécnica, escola única do trabalho, trabalho como princípio educativo, escola unitária, intelectuais coletivos de classe).

Ainda numa direção similar, Abreu e Cardoso (2009), tem como referência as premissas da obra gramsciana a procura de elucidar as práticas educativas realizadas por assistentes sociais ao vincular-se à luta por hegemonia na sociedade. Entende que a dimensão socioeducativa é estratégica nos processos formadores da cultura profissional, podendo cumprir o papel de reprodução da ordem capitalista ou de construção de uma ação pautada no cariz revolucionário, ou seja, contra hegemônico. Ao considerar as transformações da ordem do capital (e dos regimes políticos), exige-se que o trabalhador adegue-se às

13 Marx incorpora o arsenal analítico de Hegel no que tange as questões da consciência em geral, pois para ele a consciência é compreendida como elemento ativo no processo histórico da construção da realidade social. A consciência opera numa relação concomitante entre o em-si da realidade subjectiva e o para-si da realidade objetiva da consciência. Ou seja, a consciência em-si e (tomada) para-si expressam a natureza da mesma, visto que elas (estas categorias) produzem e reproduzem as determinações da realidade concreta do ser social. É nessa senda que compreendemos a unidade dialética entre classe em si e classe para si como um produto do processo histórico. Osorio (2019) afirma que “[...] quando agrupamentos humanos se reconhecem a si mesmos, reconhecem seu lugar na sociedade, seus interesses particulares, e reconhecem, por sua vez, os demais agrupamentos classistas, seus interesses, e as classes com as quais mantêm posições e interesses em conflito e antagonismo, então si fazem classes sociais que são agora classes para si.” (Osorio, 2019, p. 132).

necessidades dos modelos e determinações socioeconômicas, sendo a(o) profissional do Serviço Social aquela(e) trabalhador(a) que atua nos processos e instâncias de mediação das relações de controle social. Seja na dimensão interventiva ou investigativa que compõe uma unidade para o alcance das finalidades da profissão, a função pedagógico-educativa se estrutura no conjunto das relações sociais. Em outras palavras, as práticas socioeducativas compõem

[...] o nexo orgânico entre a racionalização da produção e do trabalho e a organização da cultura, por meio do qual são articulados interesses econômicos, políticos e ideológicos, na formação de um modo de vida – cultura – adequado a um dos projetos societários das classes sociais em confronto. (Abreu; Cardoso, 2009, p. 596).

Desta maneira, apontam Abreu e Cardoso (2009) a existência de distintos perfis pedagógicos das(os) profissionais de Serviço Social a guiar as ações educativas em seu cotidiano, engendrando dois grandes eixos de intervenções: o que revela a direção da *ajuda*; e outro que assume a linha da *participação*, vinculando-se à distintos projetos profissionais e societários.

Quanto ao eixo da *ajuda*, esta chancela a gênese da profissão e orienta-se pelas estratégias de reforma moral, enquadramento à ordem social, ajustamento ao mundo em que vive. Neste caso, o foco da intervenção profissional baseia-se na ajuda psicossocial individualizada. Por sua vez, o perfil pedagógico orientado pela prática da *participação* surge integrado ao projeto desenvolvimentista da modernização conservadora (a partir dos anos de 1950-1960), sob a ditadura empresarial-militar e a ampliação das políticas sociais (comparado ao escopo dos governos anteriores e em detrimento dos direitos políticos e civis). Neste cenário, o exercício profissional do Serviço Social associa a lógica da ajuda psicossocial individualizada e à participação, combinadas às ferramentas educativas subalternizantes, respondendo à necessidade de ideologização da assistência aos pobres, tendo como referência os parâmetros de uma racionalidade técnica e administrativa difundida pelo regime militar (Abreu; Cardoso, 2009, p. 597-598). Por outro lado, de forma contra hegemônica, estas autoras afirmam que a participação popular também foi estratégica nos percursos de “[...] *redefinição profissional vinculado às lutas das classes subalternas, na perspectiva da resistência política ao regime ditatorial (1964-1985) e da democratização da sociedade.*” (Abreu; Cardoso, 2009, p. 598).

Assim, no movimento histórico de desenvolvimento teórico-político da profissão, a participação popular coloca-se como central no processo de politização das relações sociais e de intervenção crítica e consciente da classe trabalhadora subalternizada. Todavia, de acordo com Abreu e Cardoso (2009), no contexto do neoliberalismo, o eixo da participação popular passa a assumir um caráter colaboracionista e de solidariedade “voluntária” entre os indivíduos sociais antagonizados na base das relações entre classes, fragilizando a construção de uma pedagogia emancipatória que supere a ordem capitalista e construa uma nova e superior cultura (social e profissional) (Abreu; Cardoso, 2009). Desta forma, sejam nos processos de formação ou no exercício profissional da categoria em questão, a imbricação entre os modelos pedagógicos, os percursos formativos, a dimensão socioeducativa e as atividades interventivas e investigativas pressupõem-se direção teórico e ético-política. Como apontado ao longo da problematização realizada, as direções da formação e das intervenções são estruturadas por meio das determinações econômicas, sociais, culturais e políticas, considerando inclusive o posicionamento territorial (periférico ou central) na dinâmica capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como referência o materialismo histórico-dialético enquanto base de fundamentação das reflexões elaboradas neste artigo, foram apresentados alguns aspectos para a problematização referente a intrínseca relação entre a formação profissional e o trabalho da(o) assistente social, sob o prisma da Educação formal, bem como dos seus desdobramentos enquanto intervenção social na realidade concreta. Em destaque coloca-se a dimensão socioeducativa como linha orientadora da

reflexão, entendida como potencial expressão da relação e vinculação entre (as)os profissionais do Serviço Social e a população que acessa os serviços sociais. Neste esteio, é a partir da análise das correlações de forças na sociedade, das contradições entre as classes e das consequentes expressões da *questão social* que o coletivo da categoria, referenciado por um projeto ético-político, procura direcionar suas intervenções, fazer resistências e posicionar-se teórico e politicamente frente ao projeto societário em vigor.

A dimensão socioeducativa da formação e prática profissional adquire relevância, na medida em que é contextualizada na dinâmica das relações sociais que engendram um modo de organização econômica e política da sociabilidade capitalista, sob as particularidades da estrutura do Estado (mais especificamente na sua configuração neoliberal), em que se materializam as políticas sociais (espaço privilegiado de trabalho de assistentes sociais). Assim articulam-se aos processos e percursos da intervenção social, com ênfase distintas a partir das adesões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas da formação em Serviço Social.

Portanto, a formação e as respostas profissionais pelas quais a categoria é instigada a construir requerem considerar as bases de fundamentação coerentes com um projeto societário que faz a crítica radical à ordem social vigente (ou seja, posicionamento anticapitalista, antirracista e atento ao aspecto socioambiental), articulado a uma prática que rompa com o trefismo, o voluntarismo e o conservadorismo, e que possa recompor sua dimensão socioeducativa na perspectiva da consciência de classe e da luta por uma nova sociabilidade. Desta forma, o conjunto da categoria, reconhecendo-se constitutiva da classe trabalhadora, mas com atribuições específicas na divisão social e sexual do trabalho, deve ter por objetivo a reafirmação de um perfil profissional qualificado às robustas e complexas exigências da realidade presente (Maciel, 2020).

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social: Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 593-608.
- ANTUNES, R. Da educação utilitária fordista à da multifuncionalidade liofilizada. In: Das crises do capital às crises da Educação Superior no Brasil - novos e renovados desafios em perspectiva. 1.ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019, p. 5-17.
- BARROCO, M. L. S; TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a assistente social comentado. CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.
- DELORS, J. *et al.* Educação: um tesouro a descobrir - Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998. Disponível em: [http:// dhnet.org.br/dados/relatorios/a\\_pdf/r\\_unesco\\_educ\\_tesouro\\_descobrir.pdf](http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf). Acesso em: 23 set. 2019.
- IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2003.
- IAMAMOTO, M.V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.
- LEHER, R. Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. 1.ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.
- MACIEL, F. C.C. A Formação Profissional em Serviço Social por meio do Ensino à Distância: uma análise histórico-crítica a partir da realidade Mineira. Franca: UNESP, 2020. Mimeo.
- MARX, K.; ENGELS, F. O Manifesto Comunista. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. Textos sobre educação e ensino. Campinas, SP: Navegando, 2011.
- MASCARO, A. Estado e forma política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital [tradução: Francisco Raul Cornejo]. 2.ed. ver. ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MONTAÑO, C. A natureza do Serviço Social: Um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, A. E. & AMARAL, Â. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: A nova fábrica de consensos: ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. Ana Elizabete Mota(organizadora) 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

OSORIO, J. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PAULO NETTO, J. Introdução ao método da teoria social. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 769-806.

PAULO NETTO, J. Uma face contemporânea da barbárie. 2010. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/fabiana.schmidt/politica-social-ii/uma-face-contemporanea-da-barbarie-netto-j.p/view>. Acesso em: 18 jan. 2020.

PAULO NETTO, J. Introdução ao estudo do método de Marx. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 143-164.